

O Espaço Rural e as Comunidades Tradicionais: uma análise das percepções da Comunidade do Catu/RN sobre o desenvolvimento do **turismo rural**

TATIANA MORITZ * [tatiana@supercabo.com.br]

LORE FORTES ** [loref45@hotmail.com]

SDENA NUNES ** [sdena923@hotmail.com]

Resumo | O turismo no espaço rural apresenta-se como uma prática no contexto da pluriatividade que se desenvolve nos espaços rurais, introduzindo o setor de serviços à propriedade rural. Surge, então, o turismo rural comunitário como opção de desenvolvimento em comunidades rurais que mantêm características étnico-culturais, cuja motivação de visita-ção seja a cultura. O presente estudo investigou o desenvolvimento do turismo rural a partir das percepções da população do Catu, Rio Grande do Norte, Brasil. A área pesquisada é uma comunidade rural, cujo rio do mesmo nome a separa geo-graficamente em dois municípios, e que tem como base econômica a agricultura familiar. É considerada um remanescente da cultura indígena dos Eleotérios no Rio Grande do Norte. O potencial turístico local é significativo, considerando os atrativos culturais e naturais existentes. A pesquisa se configurou como exploratória de abordagem qualitativa. A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, sendo o universo determinado por amostragem não probabilística intencional e a coleta de dados feita através de entrevistas e observação participante. Constatou-se que poucos são aqueles que compreendem o verdadeiro significado do turismo no espaço rural, apesar de saberem elencar os atrativos do local. Para os moradores o turismo é bem-vindo, fomentará mudanças e auxiliará na manutenção dos aspectos étnico-culturais.

Palavras-chave | Turismo no espaço rural, Cultura, Comunidade tradicional.

Abstract | Tourism in rural areas is presented as a practice in the context of multi-activity that develops in rural areas, introducing the service sector to the rural property. In this context, the rural community tourism arises as an option for development in rural communities that maintain ethnic and cultural characteristics solidified, whose interest visitation is motivated by culture. This study sought to investigate the development of rural tourism from the perception of the popula-tion of Catu, Rio Grande do Norte, Brazil. The studied area is a rural community, whose river of the same name separates geographically the community in two districts, has an economic base on family agriculture. It's considered a remainder of the indigenous culture of Eleotérios in Rio Grande do Norte. The local tourist potential is significant, considering the

* **Mestre em Turismo** pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, **Professora** do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

** **Doutorada em Sociologia** pela Universidade de Brasília, **Professora** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

*** **Mestre em Ecologia** pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, **Professora** da Universidade Estadual do Ceará.

existing natural and cultural attractions. The research was designed as exploratory and qualitative approach. The research strategy used was the case study, in which the universe was determined by an intentional non-probabilistic sampling and data collection was done through interviews and participant observations. It was found that few are those who understand the true meaning of rural tourism, in spite of being able to list the attractions of the place. For the residents the tourism is welcome, will encourage changes and will help in keeping the ethnic and cultural characteristics.

Keywords | Tourism in rural areas, Culture, Traditional community.

1. Introdução

O turismo, importante mecanismo de transformação econômica, cultural e social, acompanha os contingentes das mudanças humanas. No passado o turismo era expressivamente desenvolvido em cidades detentoras de maior infraestrutura ou em *resorts*, tal como o turismo de massa, caracterizado por produtos artificiais. Já na sociedade contemporânea, o que se percebe é uma tendência de revalorização do campo, justamente pelos desejos e necessidades dos novos turistas e da ressignificação do próprio turismo.

Deste modo, o novo turismo revela ser um importante mecanismo de transformação cultural e social, não se restringindo a mudanças econômicas, sendo defendido, na atualidade, como um fenômeno humano. Tema enfatizado por Dias (2003) e Trigo (2004), que apontam o turismo como sendo, além de um fenômeno econômico, um fenômeno social, que serve como meio de comunicação e interação entre diferentes povos. Permite o aumento da sociabilidade dos turistas e a troca de conhecimentos entre moradores e visitantes, ao passo que possibilita um encurtamento da distância social entre diferentes etnias, raças e culturas, possibilitando uma maior inclusão social.

Em atendimento a estas novas especificidades do turismo e considerando as emergentes preocupações com os problemas socioambientais, tais como os índices de pobreza, baixa escolaridade, uso indevido da terra, acentuadas principalmente em áreas rurais, surgiu a modalidade de turismo no meio rural.

Apresenta-se como uma alternativa de atender ambas as questões, pois à medida que possibilita o atendimento das novas expectativas dos turistas, contribui no processo de desenvolvimento local.

No que diz respeito à sua existência, os primeiros relatos remontam a meados dos anos 80, cujo surgimento é pautado em fatores de ordem econômica, social, cultural e política. (Maldonado, 2009; Portuguez, 2006). Entretanto, a sua projeção enquanto importante segmento do mercado só veio a ocorrer, efetivamente, nos últimos dez anos do século XX, tendo o incentivo de inúmeros segmentos da sociedade para sua consolidação. Isto porque visualizaram, nesse nicho de mercado, uma oportunidade de reinserção socioproductiva de comunidades rurais dotadas de potencialidades competitivas (Portuguez, 2006).

Segundo o marco conceitual dessa nova modalidade de turismo não há um consenso quanto à sua definição. O pressuposto de que o termo "turismo no espaço rural" é o mais adequado pode ser observada em estudos de Silva (1996) e Rodrigues (2001). Para estes autores, o turismo no espaço rural compreende uma variedade maior de atividades, não excludentes e complementares, das quais fazem parte segmentos como o ecoturismo, turismo de lazer, turismo étnico-cultural, bem como o turismo rural na sua essência. Pode dizer-se, de forma mais simplificada, que o turismo no espaço rural é a soma de todas as modalidades citadas, (Silva, 1996) sendo esta expressão mais abrangente, na medida em que o turismo rural destina-se apenas "às manifestações que se identificam com a vida

rural, seu habitat, sua economia e sua cultura” (Cals *et al.*, 1995: 24).

Não obstante a complexidade de definições sobre o assunto, todas convergem na compreensão do turismo rural como uma prática no contexto da pluriatividade que se desenvolve nos espaços rurais. A diferença entre as modalidades denota-se nos equipamentos (alimentação, hospedagem, recreação) utilizados e nas paisagens rurais (Cals *et al.*, 1995). Portanto, para fins desse trabalho será considerado como norteador o conceito de turismo no espaço rural, enfocando as discussões acerca do turismo rural comunitário.

Isto posto, Andréia Roque, Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural, relata a existência de estudos que apresentam a taxa anual de crescimento do turismo rural no Brasil na ordem dos 30%, perfazendo um montante de 2,4 milhões de turistas ao ano e mais de 1500 postos de trabalho (Portal Investne, 2009). Se a tendência ponderada por Andréia é animadora e desperta alternativas, por outro lado, reveste-se de derradeiras preocupações quanto à forma como este desenvolvimento acontecerá, visto que é nos ambientes rurais que se encontram as áreas mais frágeis, com menores níveis de condições de vida das comunidades em geral, quer seja, em questões financeiras ou educacionais. A integração frequente entre espaços protegidos, espaços com capacidades de cargas reduzidas e espaços tradicionais e áreas pobres, presente no turismo rural, também suscitam inquietações, pela sua vulnerabilidade física e social.

O turismo de base comunitária, ao proporcionar a ampliação das práticas cotidianas, insere-se num conjunto de atividades que representam uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais (Sansolo e Bursztyń, 2009). Por esse motivo convém considerar o turismo rural comunitário como uma opção de desenvolvimento em comunidades rurais que mantêm características étnico-culturais solidificadas, cujo interesse de visita seja motivado pela cultura, numa fuga aos *não-lugares* constituídos pelo modelo de desenvolvimento economicista (Cruz, 2007).

No âmbito do Rio Grande do Norte, não diferente dos demais destinos litorâneos, percebe-se que ainda predomina o turismo de sol e mar, cujo fluxo turístico se concentra especialmente no destino Natal. Dados da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal (SETURDE), no ano de 2009, revelam que a maior parcela dos turistas que visitam a cidade são motivados por elementos que constituem este segmento. Enquanto aqueles que vêm motivados por aspectos mais ligados à cultura e ao meio ambiente rural ainda não são representativos no montante da demanda turística.

Esta realidade não denota necessariamente a inexistência de um mercado potencial que permita o desenvolvimento do turismo no meio rural, mas sim, que as ações do Estado, nas últimas décadas não vêm sendo direcionadas para a atração deste público. Entretanto, face ao Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo Ministério do Turismo do Brasil em 2004, iniciaram-se os esforços para desenvolver outros segmentos do turismo, no qual a interiorização é priorizada quando consideram as riquezas de outros municípios, igualmente detentores de preciosos recursos naturais e histórico-culturais.

No limiar deste cenário insere-se a Comunidade Rural do Vale do Catu, neste trabalho também referida como Catu. Trata-se de uma comunidade composta por remanescentes indígenas, a maior representatividade do Rio Grande do Norte - RN, prestes a conseguir o reconhecimento oficial pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Localizada na microrregião leste potiguar, distante 79 km da capital do estado do RN e 40 km da praia de Pipa (Tibau do Sul/RN), é atravessada por um rio do mesmo nome que compõe sua característica geográfica mais determinante, pois separa a comunidade em dois municípios: de um lado estão os moradores de Goianinha/RN e do outro os moradores de Canguaretama/RN.

A origem do nome remete-se ao tupi-guarani e significa “bons ventos”, “boas vibrações”. A comunidade é formada por dois grandes grupos familiares: “Os Eleotério” e “Os Serafim”. A memória

dos moradores relata que as suas terras teriam sido doadas pelo padre Aquino de Góis para os irmãos Francisco Lotero, Serafim Loreto e Manoel Lotero, provenientes da Paraíba. Estes, por sua vez, casaram-se com índias tapuias há mais de cem anos, sendo as unidades familiares hoje existentes descendentes dessas uniões (Silva, 2007).

A fim de valorizar e não esmaecer a sua cultura indígena, a língua tupi-guarani é ensinada nas escolas e os descendentes diretos dos Eleotérios transmitem seus conhecimentos para os mais novos. Algumas tradições se fazem presentes como a confecção de artesanatos indígenas, a prática do Toré, as comidas típicas e a relação com o meio ambiente.

Segundo a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguaretama, são contabilizadas aproximadamente 110 famílias no Catu/Canguaretama, tendo como referência o levantamento realizado em 2007 pelo Projeto Comunidade Solidária. Para o agente de saúde, Wandregecílio Arcanjo da Silva, que acompanha a comunidade, contabilizou-se um total de 420 pessoas em 2008. No que concerne ao Catu/Goianinha, de acordo com registro de dados da Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Social (COEPPIR), existem cerca de 423 moradores, num total de aproximadamente 180 famílias. Chega-se a conclusão de que no Catu vivem cerca de 850 pessoas, distribuídas em 290 famílias, cuja maior concentração está no Catu/Goianinha.

A base econômica da comunidade está sustentada numa agricultura familiar cuja produção predominante é de batata-doce, macaxeira e verduras diversas, além da criação de animais como a galinha, gado, peru. As plantações são mantidas de forma orgânica, sem o uso de agrotóxicos. O cultivo é realizado em família, de forma artesanal, no paú (região da vazante do Rio Catu) por ser um local extremamente úmido e fértil, mantendo a tradição dos antepassados.

O Catu vem despertando interesses em desenvolver a atividade turística, pelo caráter étnico-cultural agregado à beleza cênica e atrativos naturais.

Mesmo sem existir uma atividade já consolidada, percebe-se a presença de alguns visitantes, chamando a atenção para as questões anteriormente delineadas. Assim, com base nestas considerações, tem-se como problema de pesquisa compreender quais as percepções da comunidade do Catu em relação ao desenvolvimento do turismo rural. Apesar da sua história, muito se perdeu ao longo dos anos, com a chegada de novos habitantes e pelas circunstâncias de sobrevivência a que foi submetida a comunidade.

Sabe-se que uma atitude hostil por parte da comunidade pode acarretar tensões internas entre os que defendem posições divergentes, pois “a percepção, as atitudes e os interesses das comunidades em relação ao turismo estão longe de ser homogêneas e harmônicas” (Maldonado, 2009: 28).

Nesse sentido, para responder à questão apresentada, propõe-se como objetivo geral investigar o desenvolvimento do turismo rural a partir das percepções da população do Catu. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: compreender as percepções dos membros da comunidade do Catu a respeito do turismo na localidade (a fim de elucidar sobre os limites e expectativas dos moradores); averiguar se os atores locais entendem o que é o turismo rural comunitário e se o consideram adequado para a sua localidade.

Para ratificar a relevância teórica desses objetivos, cabe ressaltar, que os estudos acerca da temática do turismo rural encontram-se em expansão. Com o surgimento de novas correntes teóricas, percebe-se uma crescente presença da temática em eventos científicos, internacionais e nacionais, que abordam as novas dinâmicas rurais, o que incentiva estudos e pesquisas que enfatizem o turismo rural como objeto de estudo.

Ainda incipiente no Brasil, mas amplamente difundido noutros países, como Portugal, Peru, México (Maldonado, 2009), o “turismo rural comunitário” vem sendo apresentado como uma alternativa concreta de valorização da cultura local. Adotado,

na maioria dos casos, por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras), favorece o desenvolvimento local a partir da efetiva participação da população local, a principal beneficiária.

Levando-se em consideração que uma comunidade indígena aponta um sujeito histórico, sustentado por sua identidade étnico-cultural, por possuir um patrimônio comum e pelo consentimento de um conjunto de normas e valores (Grünewald, 2003; Maldonado, 2009), surgiu o interesse em estudar a percepção da comunidade do Catu a respeito dos seus valores culturais e étnicos, e do reflexo destes para o desenvolvimento do turismo.

A importância de se realizarem estudos que visem o conhecimento de particularidades das comunidades rurais é ressaltada por Nitsche e Kozel (2006). Principalmente quando envolvem a vida pessoal e familiar no trabalho com o turismo, pois este promove transformações que podem colocar em risco a sua identidade cultural.

Para melhor compreender a realidade local, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa exploratória visando a ampliação da fundamentação teórica na base da temática proposta. Quanto à abordagem, optou-se pela análise qualitativa com o intuito de obter um conhecimento mais aprofundado acerca das percepções dos atores sociais. O fato da pesquisa qualitativa permitir o estudo de poucos casos com uma maior profundidade (Dencker, 2007) irá suscitar uma maior compreensão sobre a natureza do assunto, possibilitando uma riqueza de detalhes e uma maior aproximação da realidade em que se encontra a comunidade do Catu.

Nesse sentido, uma vez que o intuito desse trabalho foi compreender as percepções da comunidade, a estratégia de pesquisa mais apropriada é o estudo de caso, por ser um "estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situações que permite o conhecimento em profundidade dos processos e das relações sociais". (Dencker, 2007: 155). No que concerne aos meios, a investigação utilizou fontes secundárias através da pesquisa documental,

fontes primárias através da observação participante, e pesquisa bibliográfica.

A fim de atender os objetivos do presente trabalho, o universo da pesquisa foi estabelecido por intermédio de uma amostragem não probabilística, na qual os participantes foram escolhidos de forma intencional, em função do interesse do estudo, das condições de acesso, de permanência no campo e de disponibilidade dos sujeitos (Dencker, 2007). Foi levado em consideração o total de famílias do Catu, bem como a distribuição geográfica das residências ao longo do leito do Rio Catu. A quantidade de famílias entrevistadas foi determinada antecipadamente, de forma a abranger toda a extensão da comunidade e permitir um resultado coerente e que se aproximasse ao máximo do pensamento da comunidade como um todo.

O levantamento de dados foi feito através de técnicas de observação participante, entrevista individual e diário de campo. As entrevistas foram baseadas em um roteiro estruturado, uma vez que as representações sociais foram adquiridas através de entrevistas com o indivíduo, por meio de depoimentos. O procedimento de coleta de dados foi realizado no mês de janeiro de 2010, porém o contato com a comunidade vem ocorrendo desde o ano de 2008 e estendeu-se até junho de 2010.

2. Turismo no espaço rural: além das cidades

O surgimento de novas formas de turismo favorece a configuração de um novo turismo, no qual, os turistas apresentam novas motivações, diferentes aspirações. Esse cenário exige do mercado uma maior segmentação, a fim de oferecer diferentes opções de turismo capazes de atender demandas diversas. Fato que proporcionou o direcionamento do turismo para o campo, na tentativa de reencontrar as origens, o passado, as antigas formas de vida, a natureza, o vivenciar novas culturas.

Na medida em que se criam novos espaços receptivos ao turismo, impõe-se uma pressão maior no planejamento e nos arranjos institucionais que priorizem a participação qualificada do Estado, das empresas e das comunidades que recebem os visitantes. Essa perspectiva impõe sempre um equilíbrio difícil em que, de um lado encontram-se os visitantes e do outro a necessidade de se proteger o patrimônio cultural e ambiental nos quais estão inseridas as populações locais (Ruschmann, 2004).

Sob essa perspectiva, aparece o turismo no meio rural, por interesse em se retornar ao espaço rural devido à nova realidade da relação cidade-campo, em que propicia ao turista, na sua maioria urbanos, um contato com a natureza e a cultura do campo tão pouco encontrado nas grandes e médias cidades. Esta forma de turismo teve início nos Estados Unidos, em regiões pouco povoadas do país, pelas quais muitos viajantes se aventuravam, apesar de não existirem locais apropriados para o seu repouso (Portuguez, 2006). Na Europa, os atrativos dessa modalidade de turismo concentram-se na originalidade da agricultura e no pastoreio de montanha (Ruschmann, 2004).

Este segmento do turismo surge, mais efetivamente, em meados dos anos 70 apresentando-se como uma alternativa para a fixação do homem no campo. No Brasil, o início desta atividade ocorre na década de 1980, na cidade de Lages, no interior do Estado de Santa Catarina. Nos anos 90, amplia-se no âmbito nacional, após a análise e comprovação do sucesso, sendo visto como uma fonte de renda alternativa, como uma valorização dos recursos naturais e culturais para além da promoção do desenvolvimento socioeconômico junto às propriedades rurais e sua comunidade local (Niehues, 2006; Silva, 1996; Tulik, 2003).

Apesar da concepção dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo no ambiente rural, e de sua prática crescente, ainda há muito a discutir quanto à definição desse segmento. Conforme ponderado por diversos autores (Almeida *et al.*, 2004; Portuguez, 2006; Silva, 1996) não existe um

consenso quanto a sua conceituação. O Ministério do Turismo do Brasil, no documento “Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural”, propõe como conceito para o turismo rural:

“um conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Krahl e Santana, 2004: 11).

Rodrigues (2001) infere que a expressão “turismo no espaço rural” será a mais adequada, abordando alguns elementos importantes para sua concepção, como as características das paisagens, a história da ocupação territorial, a estrutura agrária (com ênfase para as relações de trabalho desenvolvidas), as características da demanda e tipos de empreendimentos, entre outros. Por isso, muitos teóricos afirmam ser o “turismo no espaço rural” o termo mais adequado, visto que compreende outros segmentos do turismo, de forma complementar, como o turismo de aventura, ecoturismo, turismo histórico-cultural, etnoturismo. O termo “turismo rural” destina-se a atividades específicas do meio rural, como andar a cavalo, ordenhar uma vaca, usufruir do bem-estar do campo, deleitar-se com a gastronomia típica. (Maldonado, 2009; Tulik, 2003).

A prática desta modalidade exige do ambiente receptivo a existência de edificações para alojamento, saneamento, serviços de alimentação e de hospedagem, caracterizando-se o turismo e a relação afetiva com o lugar. Sendo assim, dada a realidade encontrada na comunidade do Catu não ser condizente com os preceitos do turismo rural, optou-se, para fins desse trabalho, considerar como norteador o conceito de “turismo no espaço rural”.

O surgimento do turismo no espaço rural brasileiro pode ser explicado por um lado, pela necessidade que o produtor rural tem de diversificar a sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos e, por outro, pela vontade dos moradores urbanos em reencontrar as suas raízes, conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições,

costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Todavia, deve-se ter a preocupação em não encarar o turismo no espaço rural como um substituto à produção tradicional no campo, diante da variedade de atividades que o envolvem, mas sim, o de servir como um incremento de opções produtivas (Silva, 1996; Tulik, 2003). De tal modo que a função primordial desse segmento turístico é a de promover a melhoria da qualidade de vida da população rural, através da redução dos efeitos da exclusão social, resultante sobretudo do desemprego e do fluxo do êxodo rural (Portuguez, 2006). Preocupação, essa, que nasce historicamente pela falta de perspectiva na agricultura. A mecanização da lavoura, a utilização de insumos agrícolas industrializados e a seleção de sementes, voltada especialmente para a exportação, têm afetado a qualidade ambiental das pequenas propriedades, cuja consequência versa um longo processo de êxodo, invertendo as distribuições populacionais entre o rural e o urbano (Niehues, 2006).

A realidade da falta de perspectiva pode ser observada na comunidade rural do Catu/RN. Através da pesquisa empírica, pode-se constatar que grande parte dos jovens e adultos estão desempregados, restringindo-se o trabalho à lavoura, por vezes para próprio sustento. A média da renda familiar dos entrevistados não passa de três salários mínimos, juntando ganhos com a produção e com programas assistencialistas. Apesar dessa configuração, poucos são aqueles que expressam vontade de migrar para outra localidade, pois no Catu é muito bom de se viver. Valorizam a calma, a tranquilidade, a inexistência de consumo de drogas e de violência. Um entrevistado disse que podem deixar as portas abertas, bicicleta para o lado de fora, que ninguém rouba. Outro relatou que quando assiste o noticiário na televisão com tantos desastres tem menos vontade de deixar a comunidade, pois não tem alagamento, nem furacão, deslizamento ou violência. Alguns jovens relatam ter vontade de sair da comunidade para estudar, cursar ensino superior e voltar, entretanto, preocupam-se com a oferta de trabalho, que não há no local.

O meio rural já não pode ser delimitado como um lugar onde somente se plantam e se criam animais. Economicamente, a inserção da atividade turística nas áreas rurais pode incrementar a renda, principalmente, pela comercialização de produtos junto ao consumidor/turista final, sem a presença de intermediários.

Neste cenário, é vital focar as famílias de agricultores que vivem da produção agrícola e vêm experimentando o turismo como uma fonte de renda alternativa, capaz de valorizar os saberes locais e a cultura rural. A convivência e o relacionamento direto dos turistas urbanos com as famílias rurais, compreendendo em suas atividades diárias as tradições, os hábitos e os costumes, trazem como consequência o resgate da autoestima do homem do campo pelo incentivo à valorização da identidade cultural rural (Blanco, 2009). Salienta-se nesse processo, uma tendência para a pluriatividade, ou seja, membros da família passam a exercer atividades não agrícolas ligadas ao comércio, educação, serviços, administração pública, agregados aos membros que trabalham na produção rural (Silva, 1996). Ao assumir novas atividades, externas à agricultura, o homem do campo introduz um arcabouço de novas funções e significações no espaço rural, não apenas econômicas como também sociais e culturais. O agricultor torna-se então pluriativo, adotando uma nova postura frente às adversidades, através da conjunção de atividades agrícolas e não agrícolas.

Estes aspectos foram enfatizados por alguns moradores do Catu/RN durante as entrevistas. Ao serem questionados sobre o que seria modificado na sua vida familiar com o desenvolvimento do turismo rural na comunidade, a resposta mais frequente foi a melhoria na renda familiar, bem como um meio de ocupação para os jovens. O que pode ser confirmado pelos depoimentos:

“Ah, seria modificado porque aumentava a renda familiar das pessoas que trabalham na comunidade, porque iam vender os produtos agrícolas da própria comunidade, as frutas, as verduras plantadas aqui mesmo, a batata, a macaxeira, e outros tipos de

cultura que no final, no futuro devia ser criado até um restaurante de comidas típicas para receber os visitantes.” (Entrevistado A)

“(…) tem muitas pessoas que sabem artesanato (…). Se esse turismo criasse assim tipo um comércio, um meio de divulgar, de comercializar aquilo que as pessoas daqui sabem fazer. Iria melhorar muito, até porque é uma comunidade onde poucas pessoas tem um emprego certo (…). Acho que ia (…) melhorar no lado econômico (…).” (Entrevistado D)

Nessas falas percebe-se que, além da melhoria econômica pela comercialização de seus produtos, o turismo fomentaria o valor à cultura local, tanto por parte dos próprios moradores, como pelos visitantes. A ideia de um restaurante que pudesse oferecer comidas típicas da cultura indígena utilizando a produção local, rica em hortaliças, batata, de origem orgânica, agregaria atividades não agrícolas sem afastar os produtores da sua atividade primária.

Reflexões a respeito das atividades não agrícolas capazes de gerar emprego e renda e, consequentemente, reduzir a pobreza e as desigualdades no ambiente rural brasileiro, tornam-se mais frequentes. Apesar de surgirem novas formas de ocupação, a agricultura tende a não perder o seu valor econômico e social, pois não há uma substituição do trabalho, e sim uma incorporação de outras dimensões no meio social rural, como o patrimônio cultural, as tradições, o turismo. Schneider (2007) pondera que as famílias rurais se conformam como pluriativas na medida em que adquirem uma diversidade de alternativas de trabalho, através das quais suas rendas tendem a aumentar na busca de maior estabilidade.

O contexto da pluriatividade vem sendo vivido pelos moradores do Catu. Cerca de 30% dos homens trabalham no corte da cana para as usinas da região de Goianinha e Canguaretama, embora seja um trabalho temporário, condicionado ao período de safra. Outros moradores são professores em escolas públicas existentes no Catu ou em cidades circunvizinhas. Há aqueles que atuam como agentes

de saúde na região, como pintores, entre outras ocupações. No que respeita ao turismo, alguns moradores participam das caminhadas organizadas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN, anualmente, como condutores nas trilhas, em apresentações culturais e, por vezes, oferecendo o almoço aos visitantes. Ainda assim, uma parcela considerável da população dedica-se, exclusivamente, ao trabalho na lavoura.

Da mesma maneira, para que se possa oferecer um produto que atenda o perfil do consumidor do turismo rural, é necessário que o mesmo obedeça a princípios como o atendimento familiar e preservação das raízes culturais, harmonia e sustentabilidade ambientais, autenticidade e manutenção da identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade local (Zimmerman, 2004).

O aprofundamento destas relações de produção rural com o turismo evidencia o trabalhador do campo como um dos principais sujeitos no desenvolvimento do turismo rural. Silva (1996) refere que o turismo no espaço rural deve basear-se na interação e integração entre seus atores – o Estado, as instituições privadas e a comunidade local – por ser uma alternativa de desenvolvimento local que considera as diversidades geográficas, culturais e ambientais das localidades.

3. Turismo rural em comunidades tradicionais: o caso do Catu

As mudanças provocadas pelo avanço da tecnologia, globalização e clima apontam para a tendência de um crescimento contínuo do lazer e das viagens. Os benefícios gerados pelo turismo são largamente divulgados pela mídia, em discursos de “geração de emprego e renda” para as comunidades locais, sendo almejado por várias cidades, como solução para todos os problemas. Mal sabem que, quando mal planejado acarreta diversos males como: fragilidades no ecossistema natural, poluição das águas e aumento da prostituição.

No limiar desse cenário, novas modalidades da atividade turística estão sendo estruturadas, principalmente aquelas de base local, que objetivam o fortalecimento das comunidades, dos seus aspectos culturais. Cada vez mais, tem-se a ideia de que o desenvolvimento no turismo se faz através da participação comunitária, com projetos bem elaborados, diálogo, possibilitando a estabilidade econômica da comunidade e a sua valorização.

O turismo pensado para e pela comunidade potencializa modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal (Sampaio e Coriolano, 2009). Sua importância concerne no compartilhamento do lazer, do ócio, festividades religiosas, esporte, entre os turistas e a comunidade, pois não há sobreposição de territorialidades como acontece no turismo convencional (Knafou, 1996). Enquanto este se conforma na produção de espaços segregados para turistas e moradores, o turismo de base comunitária (TBC) recorre aos espaços vividos como lugar de encontro e convivência, e expressa-se no território da própria comunidade sem desmistificá-lo.

Logo, pode ser definido como uma forma de desenvolvimento turístico norteado pelos princípios da economia solidária, associativismo e valorização da cultura local. Os benefícios provenientes do turismo são direcionados para as comunidades locais, as quais se tornam protagonistas desse modelo de desenvolvimento (Krahl e Santana, 2004).

Analisando essas concepções de turismo comunitário, percebe-se alguns pontos em comum que suscitam um consenso no entendimento dessa modalidade turística. Ambos permeiam a ideia de que elementos como a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para comunidades receptoras sustentam a proposta de turismo de base comunitária.

Vale salientar que a característica distinta dessa forma de turismo é sua dimensão humana e cultural, ou mesmo antropológica (Maldonado, 2009). No Brasil, o TBC é comum em casos de ações sociais

que abordam a conservação dos recursos naturais de subsistência, luta pela terra, pelo direito à memória cultural e por uma educação mais digna (Sansolo e Bursztyn, 2009).

Por esses fatores, o turismo de base comunitária pode desempenhar um papel no etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais (Mitraud, 2003). Ao ser planejado e desenvolvido pelas comunidades, constitui uma estratégia eficaz de desenvolvimento sociocultural, humano e ambiental. Para tal deve considerar as reais necessidades e anseios da comunidade, de modo a que as populações tradicionais, abarcadas por desvantagens históricas, sejam protagonistas dos seus modos de vida próprios (Barretto, 2003; Sampaio, 2004).

Isto posto, cabe compreender a essência das comunidades tradicionais e suas atuações no turismo. Estas comunidades são definidas por meio de critérios: (a) geográficos – como um território isolado, (b) culturais – compartilhando costumes, usos e tradições, feixes de hábitos, e/ou (c) socioeconômicos – variando por modos de produção e distribuição (Barretto, 2003; Sampaio e Coriolano, 2009).

No Brasil, encontra-se a definição de povos e comunidades tradicionais no inciso I do art 3º do decreto Nº 6.040 de 07/02/2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este decreto objetiva promover o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades, por intermédio do fortalecimento e da valorização da identidade, garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Como exemplo de comunidades tradicionais temos as extrativistas, pesqueiras, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, caiçaras e outras cujos modos de vida por vezes se confundem. Tais comunidades, mesmo que apresentem um certo grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, são identificadas como sendo tradicionais. Este fato possibilita descobrir, no âmbito de cada comunidade, o principal atrativo do turismo comunitário, a

convivencialidade, de inspiração solidária (Sampaio, 2004; Sampaio e Coriolano, 2009).

Portanto, o turismo de base comunitária em comunidades tradicionais tem por essência a identidade cultural que se quer resgatar ou o pouco que delas se deseja conservar. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (Barretto, 2003; Grünewald, 2003).

Este é fenômeno relativamente recente na América Latina, sendo constatadas as primeiras incursões nos anos 80. O aparecimento do turismo rural comunitário (TRC), segundo Maldonado (2009), foi ocasionado por fatores de ordem econômica, social, cultural e política. O primeiro fator está relacionado com as pressões mundiais do mercado turístico pela procura por segmentos como turismo cultural e de natureza. O segundo fator remete-se às necessidades econômicas e trabalhistas vivenciadas no meio rural. Na sequência, aponta-se o papel relevante desempenhado pelas pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística, como terceiro fator. Por fim, temos as estratégias políticas do movimento indígena e rural como quarto fator responsável pelo surgimento dessa nova modalidade de turismo (Maldonado, 2006, 2009).

As discussões acerca do turismo rural comunitário são muito recentes, na sua maioria relatam sobre comunidades indígenas e quilombolas na América Latina e em alguns países da Europa. Estudos apontam o Equador como pioneiro na questão, já instituído de um aparato legal que reconhece os direitos das comunidades turísticas rurais (Maldonado, 2009).

Pondera-se, diante do exposto, que o TRC configura-se como um fenômeno em ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotados de vida selvagem e de atrativos culturais singulares. Corresponde a um nicho de mercado especializado pois é direcionado a pequenos grupos de visitantes. Estes buscam experiências pessoais originais e

enriquecedoras, pela vivência de culturas autênticas, pelo desfrutar de cenários naturais.

Esta forma de turismo pode ser vista como uma possibilidade de revitalização cultural (Leal, 2009), por isso tão quista por comunidades tradicionais, principalmente as indígenas. Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas eram direcionados para os impactos negativos desencadeados pelo turismo, como o processo de aculturação. Acreditava-se que o desenvolvimento turístico levaria os nativos a abandonarem o seu modo de vida tradicional para se inserirem em atividades relacionadas com o turismo (Grünewald, 2003; Leal, 2009).

Por volta de 1970, observou-se o início de novas concepções sobre o tema, visualizando-se o turismo não mais pelos seus aspectos negativos, mas como um instrumento de contribuição para a etnicidade e revitalização cultural (Leal, 2009). Cumpre frisar que as etnicidades são entendidas como “fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico” (Grünewald, 2003: 145). Dessa forma, as comunidades tradicionais passam a ser vistas como indivíduos atuantes no processo de planejamento sustentável do turismo (Leal, 2009).

Considera-se que a participação dessas comunidades no turismo é bastante complexa e ao mesmo tempo delicada. A complexidade deve-se aos impactos provocados por um fenômeno competitivo e crescente em comunidades que sobrevivem das atividades tradicionais, sem maiores alternativas de renda. Torna-se delicado pelo caráter ambivalente do turismo, pois na medida em que oferece uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida, altera os padrões de produção e de consumo, e ameaça a cultura indígena (Maldonado, 2009).

O desenvolvimento do TRC em comunidades indígenas tem vindo a solidificar-se, cada vez mais, na América Latina. Em seus estudos, Maldonado (2006) verificou que das 170 iniciativas de turismo comunitário na América Latina, 80% dos projetos eram desenvolvidos pela própria comunidade (*self-*

developed), sem a participação ativa do Estado ou de atores não governamentais. Esses dados enfatizam a importância do desenvolvimento do turismo rural comunitário em comunidades tradicionais, devido às suas características peculiares. No entanto, torna-se necessário elucidar acerca da visão dos nativos sobre essa modalidade de turismo, a partir de suas representações sociais, uma vez que eles são os atores principais do processo.

Somente com o conhecimento da comunidade sobre a atividade turística isso pode ser realizado, pois não basta incluí-la a meio do processo de desenvolvimento, é necessária a participação e o envolvimento da mesma durante todo o processo, desde o planejamento até a fiscalização. No Catu isso é preocupante, pois a população não faz muito ideia do que seja turismo no espaço rural. Quando indagados sobre o que entendem por turismo rural, somente três pessoas relacionaram a resposta a algo inerente a essa atividade:

“Visita de pessoas que se interessam pela origem, pelas histórias, pela cultura do lugar.” (Entrevistado C)

“Quando alguém vem ver as coisas que tem aqui, plantação, mata, água, algumas coisas que estejam aqui.” (Entrevistado D)

“O turismo na agricultura rural, familiar. Só que também na maioria das trilhas que tem, o pessoal vive reclamando porque nem todo mundo participa, aí ele devia antes de fazer essas caminhadas, que agora tá parado, mas ele devia reunir todo mundo, pra todo mundo da comunidade participa, assim ninguém num reclamaria não.” (Entrevistado J).

O depoimento do entrevistado J revela um fator importante, o não envolvimento de todos nos eventos de caminhada, além da não continuidade da ação no local. Isto remete para a importância da conscientização dos moradores sobre o seu papel como agente principal do turismo no local, sobre a necessidade de união para que o desenvolvimento do turismo atue na preservação da cultura, em vez de vir a gerar transtornos e mudança no modo de vida rural.

Muitos não tinham a menor ideia do que se tratava, outros preferiram abster-se para não falar “besteira”. Curioso o depoimento de uma senhora que vive só, na última casa do Catu/Canguaretama, por comparar o turismo que ela vê pela televisão com o local onde mora. Ela disse que no Catu não há o que se fazer, que aquele turismo bonito mostrado nas propagandas nunca que irá acontecer ali. Essa percepção da não existência de atrativos na comunidade é corroborada por vários moradores, principalmente, aqueles que residem mais afastados da área onde se concentram as visitas.

4. Conclusão

Diante do exposto, pode-se averiguar que a comunidade rural do Catu apresenta singularidades que permitem a sua inserção no mercado turístico no estado do RN, tais como: o fragmento de Mata Atlântica, o cultivo orgânico de hortaliças, batata e macaxeira, a cultura étnica. Além desses fatores, a proximidade do município de Tibau do Sul, consolidado como um dos 65 destinos nacionais indutores de turismo no Plano Nacional de Turismo, propicia a existência de uma demanda turística contínua no local.

O entendimento acerca do novo turismo, como sendo um fenômeno social, não puramente econômico, que serve como meio de comunicação e de interação, permite um encurtamento da distância social entre diferentes etnias, raças e culturas, possibilitando uma maior inclusão social. Neste contexto insere-se o turismo no espaço rural, pois abrange uma variedade maior de atividades, não excludentes e complementares, das quais fazem parte segmentos como ecoturismo, turismo de lazer, turismo étnico-cultural, bem como o turismo rural na sua essência.

O turismo, complementar às atividades rurais primárias, não pode ser visto como substituto ou única fonte geradora de renda. Procurou-se

compreender as percepções da comunidade do Catu a respeito do desenvolvimento do turismo no local, os limites e as expectativas em relação ao tema. Grande parte dos entrevistados não compreende o conceito de turismo no espaço rural, tal qual proposto por autores que se dedicam ao estudo do tema. No entanto, no seu modo de ver, entendem que esse turismo é estabelecido quando os visitantes vem até ao Catu em busca das características de uma comunidade rural.

Apesar de não saberem dizer de forma concreta o que vem a ser turismo no espaço rural, percebe-se, pelos seus depoimentos, que consideram o mesmo adequado para a sua localidade. Os entrevistados, na sua maioria, apontaram como atrativos do local as plantações, a microcasa de farinha, a área da mata conservada (APA), a cultura indígena, a gastronomia. Esses atrativos elencados conferem uma preocupação quanto à forma como o desenvolvimento do turismo no espaço rural acontecerá, uma vez que é nos ambientes rurais que se concentram as áreas mais frágeis, com menores níveis de condições de vida das comunidades, quer seja, em questões financeiras ou educacionais.

As (inter)relações do turismo com o meio ambiente natural e cultural estão repletas de implicações positivas e negativas. Positivamente, a atividade turística pode interferir nesses ambientes, levando à sua conservação, preservação, e mesmo recuperação, através do manejo e planejamento, para além de contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região através da geração de emprego e renda, o que implica uma conseqüente melhoria e manutenção da qualidade de vida das comunidades receptoras. Por outro lado, pode afetar negativamente, por falta de um planejamento turístico adequado, que priorize a comunidade e a manutenção do seu modo de vida, respeitando os seus valores socioculturais.

Diante dos aspectos étnico-culturais e da sua relação com o meio ambiente, a comunidade do Catu configura-se como uma comunidade tradicional, na qual o desenvolvimento do turismo rural e

cultural, baseado na comunidade, pode auxiliar na sua manutenção, a partir do fortalecimento do seu patrimônio cultural, conforme menciona Maldonado (2009). No entanto, o turismo precisa ser visto com cautela ao ser introduzido em locais socioculturalmente frágeis, por ser um consumidor intensivo de território. A falta de profissionalismo e de conhecimento sobre o mercado turístico e os processos de gestão incorre no desenvolvimento inadequado do turismo, podendo afetar o modo de vida e a cultura local.

Como pode ser observado nos depoimentos, os residentes apresentam uma postura favorável às mudanças geradas pelo turismo, porém só elencaram impactos positivos da atividade, como a geração de emprego e renda. O índice de desemprego é alto no local, principalmente entre os jovens, por isso acreditam que o turismo pode criar novas ocupações e oportunidade de incremento da renda familiar. Nos relatos, os moradores apontam como aspectos mais positivos do local a segurança, a ausência de consumo de drogas, a tranquilidade. Sabe-se que o turismo pode induzir à transformação desses pontos positivos em negativos, quando não bem planejado, principalmente em locais cujo contexto social apresenta muitas fragilidades, como observado no Catu. Caso não haja controle e organização comunitária, as transformações provenientes do turismo podem ser irreversíveis, incorrendo em apatia e irritação para com a atividade, e em possível hostilidade para com os visitantes.

Estes aspectos, inerentes ao Catu, sustentam que o desenvolvimento de um turismo no espaço rural baseado na comunidade é o mais adequado para o local, uma vez que, em fase de crescimento, há tempo para estruturar uma atividade que respeite os hábitos e costumes dos moradores locais.

Sabe-se que um local só será bom para o visitante quando o for para os seus moradores. No Catu a realidade social é preocupante: as vias de acesso são precárias, a coleta de lixo é deficiente, as condições sanitárias são inadequadas, a renda familiar é baixa, e faltam estruturas físicas para

atender à população e aos visitantes. Esse contexto revela que, apesar do potencial cultural e natural do Catu, os aspectos sociais não são adequados para o desenvolvimento do turismo, uma vez que para o turismo acontecer, não basta ter atrativos, é preciso ter uma estrutura mínima (acesso, hospedagem, alimentação, apoio), simples, mas presente.

Portanto, um planejamento de forma participativa, integrada, que pense no bem-estar da comunidade, poderá viabilizar o desenvolvimento do turismo rural comunitário no Catu.

Referências bibliográficas

- Almeida, J., Froehlich, J., Riedl, M. (orgs.), 2004, *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*, Papirus, Campinas/SP.
- Barretto, M., 2003, O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo, *Horizontes Antropológicos*, Vol. 9(20), pp. 15-29.
- Blanco, E., 2009, O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as novas ruralidades e sustentabilidade do desenvolvimento local, in Bartholo, R., Sansolo, D. e Bursztyn, I., (orgs.), *Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 25-44.
- Cals, J., Capellà, J., Vaqué, E., 1995, *El turismo en el desarrollo rural de España*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- Cruz, R., 2007, *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*, Roca, São Paulo.
- Dencker, A., 2007, *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*, Futura, São Paulo.
- Dias, R., 2003, *Sociologia do turismo*, Atlas, São Paulo.
- Grünewald, R., 2003, Turismo e etnicidade, *Horizontes Antropológicos*, Vol. 9(20), pp. 141-159.
- Knafou, R., 1996, Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo, in Rodrigues, A. (org.), *Turismo e Geografia*, Hucitec, São Paulo, pp. 62-74.
- Krahl, M., Santana, A. (coords.), 2004, *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*, Ministério do Turismo, Brasília.
- Leal, R., 2009, Turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico, in Bartholo, R., Sansolo, D. e Bursztyn, I. (orgs.), *Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 25-44.
- Maldonado, C., 2009, Turismo rural comunitário na América latina: gênese, características e políticas, in Bartholo, R., Sansolo, D. e Bursztyn, I. (eds.), *Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 25-44.
- Maldonado, C. 2006, *Primer seminario regional sobre etica en el turismo (Quito, Junio)*, red de turismo sostenible comunitario para América Latina (Redturs), Organización Internacional del Trabajo, [http://www.world-tourism.org/code_ethics/sp/sem_quito/presentaciones/Maldonado.pdf#search=%22turismo%20comunitario%20OIT%22], (Site acedido 5 setembro 2009).
- Mitraud, S. (org.), 2003, *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*, WWF, Brasília-DF.
- Niehues, V., 2006, *Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas*, Roca, São Paulo.
- Nitsche, L., Kozel, S., 2006, Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística, *Revista Eletrônica Geografar*, Vol. 1(1), pp. 52-61.
- Portal Investne, 2009, *Nordeste possui forte potencial para Turismo Rural*, [http://www.investne.com.br/Entrevistas/nordeste-possui-forte-potencial-para-turismo-rural], (Site acedido 31 agosto 2009).
- Portuguez, A., 2006, Aspectos Culturais do turismo no espaço rural, in Portuguez, A., Tamanini, E., Santil, J. e Correa, M. (eds.), *Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas*, Roca, São Paulo, pp. 3-4.
- Rodrigues, A. B., 2001, Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia, in Rodrigues, A. B. (org.), *Turismo Rural: práticas e perspectivas*, Contexto, São Paulo.
- Ruschmann, D., 2004, O turismo rural e o desenvolvimento sustentável, in Almeida, J., Riedl, M. e Froehlich, J. (orgs.), *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*, Papirus, Campinas-SP.
- Sampaio, C., 2004, El turismo como fenómeno histórico, *Estudios y Perspectivas del Turismo*, Vol. 13, pp. 290-300.
- Sampaio, C., Coriolano, L., 2009, Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, Vol. 3(1), pp. 4-24.
- Sansolo, D., Bursztyn, I., 2009, Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro, in Bartholo, R., Sansolo, D. e Bursztyn, I., (orgs.), *Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 142-161.
- Schneider, S., 2007, A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil, *Revista de Política Agrícola*, Ano XVI (3), pp. 15-34.
- Silva, C., 2007, "...Em busca da realidade...": a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN), Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), Brasil.
- Silva, J., 1996, Do complexo rural aos complexos agroindustriais, in Silva, J. (ed.), *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Unicamp, Campinas.
- Trigo, L., 2004, *Turismo básico*, Senac, São Paulo.
- Tulik, O., 2003, *Turismo rural*, Aleph, São Paulo.
- Zimmerman, A., 2004, Planejamento e organização do turismo rural no Brasil, in Almeida, J., Froehlich, J. e Riedl, M. (orgs.), *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*, Papirus, Campinas/SP, pp. 127-142.